

*Paulo Bonavides*

As honras acadêmicas que me outorgastes, desde já me conduzem ao vosso convívio e este ser-me-á sempre gratíssimo. Aqui, casa do nosso Patrono Joaquim Catunda, que foi historiador e germanista de tomo, vivem antigas tradições de cultura e saber. A história literária do Ceará se estampa quase por inteiro na galeria de quantos prendem seus nomes a estas Cadeiras.

Conhecem as corporações acadêmicas invariavelmente detratores e panegiristas. Em todas as épocas e em todas as sociedades ilustradas houve pessoas que, com rebeldia e rancor, acometeram as Academias, repreendidas como templos de vaidade. Quantos, porém, assim procederam, sendo homens de letras, quase sempre o fizeram na insubmissão característica dos períodos de estréia ou iniciação. Acabaram, todavia, em ocasiões subseqüentes, rendidos à evidência de que estas casas têm para a cultura social tarefa preservadora, do mesmo passo que oferecem a imagem necessária e positiva, instantânea e autêntica do estado moral e espiritual com que nas letras se qualificam as virtudes de uma geração. Impugnadores atrozos, reconciliados depois com os grêmios literários, em idade de mais reflexão e madureza de engenho, não tardam, afinal, em vir com o louvor dessas assembléias, mediante confissões insuspeitas, que trazem menos o retratar-se do que a persuasão formada em juízos já despreconcebidos.

Nunca faltei com meu parecer de que respondem os órgãos acadêmicos a impreteríveis necessidades culturais, porquanto representam vias de circulação para as idéias, o tra-

balho e o sentimento de criação artística. Imprimem eles, de modo uniforme e poderoso, a cada espaço de tempo, o traço de unidade ou a nota de respectiva afirmação e presença. Verdadeiros oásis, à sua sombra vem o escritor refrigerar-se das altas temperaturas de egoísmo que escaldam a sociedade e lá fora lhe paralizam o ânimo e a iniciativa e não raro a crença mesma na proficuidade dos esforços dirigidos à arte criadora. Oásis — devo eu dizer — necessário, quando se vive época de contra-humanismo e coação sufocante sobre a consciência e o pensamento.

Gostaria de fazer-vos a esta altura o elogio das letras no século da tecnocracia. Atravessamos, com efeito, quadra em que a despoetização do mundo e das almas, sobre rebaixar o ser humano, lhe arrefece o sentimento de confiança no poder espiritual e atesta a crise do humanismo em declínio. Pedese, portanto, a réplica restauradora daqueles valores que só a liberdade pôde engendrar. Restabelecer valores, para que não se confirmem vaticínios como os de Antero de Quental, quando dizia que "as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência". Que triste coisa porém um País onde não se fizesse poesia!

A sociedade de massas tem sido desgraçadamente a sociedade do medo, da insegurança, da sujeição, do pensamento perseguido ou proibido, dos escritores humilhados, do homem algemado às ideologias ou convertido em vítima inermes das opressões totalitárias. Em nome de exigências tecnocráticas, leva-se a cabo a usurpação universal da liberdade humana. Diminui-se cada vez mais o espaço à ação desembaraçada do ente livre. Apertam-se os laços de dependência, à medida que se multiplicam para os privilegiados e a classe dominante meios cômodos de subjugação material das consciências.

A presente investida contra-espiritual, que afrouxou os esteios do edifício social, inquieta e aflige. Veio mostrar, qual lição mais à vista, a precariedade de um progresso assombroso, que poderá trucidar o que de melhor havia no coração das crenças humanas.

Se me consentissem interpretar o desalento que se apodera dos jovens e lhes entristece a alma, eu acharia a causa mais profunda no peso que nosso século sente, mas não tem ânimo nem poder de comunicar pelo protesto das classes desfalecidas: a fadiga do Estado e dos sistemas que, primeiro, acenaram com a liberdade, e, a seguir, pormenorizaram a compressão social, intrrometeram os poderes oficiais em quase todas as esferas de privatividade e seqüestraram em cada criatura a nota particularizadora e afirmativa do individual.

O equívoco bárbaro da teoria política do nosso século, que respalda uma determinada forma de Estado social, é supor poder encontrá-lo, com características democráticas, em meio a instituições cujos instrumentos de coação privaram o homem de suas liberdades.

Sem as Constituições que fazem o povo livre não existe Estado de direito. Não será democrático nenhum Estado social que haja eliminado os valores fundamentais da pessoa humana. Se tal Estado existisse como única alternativa à sobrevivência do Ocidente, pediríamos de joelhos à História que nos restituísse as crenças dos nossos antepassados, cujo defeito único fora a incapacidade notória de levar a todas as classes o proveito de uma organização social livre, que eles fruíam em toda a plenitude, mas ainda em termos odiosos de exceção e minoria, e que nós, partidários de um Estado social de fundamentos democráticos, queremos vê-la estendida indistintamente a cada parcela do povo.

O Estado social já não conhece o mito da vontade popular, que a filosofia do século XVIII introduzira no corpo sagrado das Constituições. Com efeito, a decomposição da vontade popular como dogma de exercício da soberania ocorre, desde que se politizaram as chamadas categorias intermediárias.

Alteraram-se assim as bases do sistema representativo tradicional. Da representação do povo abstrato e simbólico passou-se à representação concreta de coletividades parciais, representação profissional ou classista, que o sopro ideológico

institucionalizou nos "soviéticos" russos, nos "fascios" itálicos, nas corporações ibéricas. Não podendo retrair-se à ação dessas categorias, nem ignorá-las, a democracia entrou a conhecê-las em toda a sua desnudez, sem nenhum véu ideológico, com a fereza que elas apresentam de mera soma ou massa de interesses, tendo por nome político já vulgarizado a expressão corrente: grupos de pressão.

Partindo do pressuposto de que "se os grupos de pressão apresentam perigos, também prestam serviços", como disse Meynaud, faz-se mister atentar, em primeiro lugar, nos corretivos à ação negativa dessas organizações, sem contudo pretender suprimi-las, como querem alguns observadores ingênuos, evidentemente afastados de toda consideração realista, que é a primeira das virtudes de um cientista social.

Da fórmula superficial da supressão, que sufocaria o sistema pluralista, cuja extinção, aliás, se tem já por iminente e paradoxal, mercê da desenfreada atividade dos grupos, deve-se antes passar ao exame das emendas destinadas a cercar-lhe a influência perniciosa, onde eles se apresentam mais rebeldes ao acatamento dos interesses sociais ou onde estejam a minar com sua ação indisciplinada e egoística os fundamentos da ordem democrática, forçando, aqui, os cidadãos, ali, as correntes partidárias, a se excluírem de uma legítima participação política, que se deve preservar a todo custo.

Em verdade, um meio de atenuar-se a pressão dos grupos naquilo que eles ostentam de mais contrário ao princípio democrático de nosso século é sem dúvida o fortalecimento do sistema partidário, mediante determinadas medidas legais que redundem sobretudo no reforço da disciplina partidária.

Essas medidas são um tanto inócuas nos países subdesenvolvidos, onde o grupo de pressão desenvolve ação mais dramática e deixa transparecer com mais agudeza a luta de classes. A pressão desses grupos atuantes, em se fazendo irresistível, acaba rapidamente na implantação da ditadura social do grupo mais forte.

Quando se tem em vista corrigir os excessos dos grupos de pressão, o raciocínio válido para uma sociedade desen-

volvuda pode todavia configurar-se inaplicável a um país de elevados níveis de atraso econômico e social. Mas, em circunstâncias normais, o melhor remédio é aprimorar as instituições livres, estabelecidas na base do consentimento e da participação eleitoral, mediante severa fiscalização da atividade dos grupos por parte do Governo, porquanto, conforme ponderou judiciosamente o publicista Meynaud, “só o executivo, apoiado na administração, se acha apto a impor limitações inspiradas pelo interesse geral”.

Deve igualmente o Estado manter rigorosa vigilância nas épocas de campanhas eleitorais, em ordem a assegurar a honestidade dos pleitos e o livre emprego de todas as tribunas de comunicação com o povo, desde a praça dos comícios aos canais de televisão, ondas de rádio e prelos de jornais. A liberdade para o exercício da crítica é instrumento por excelência de desmistificação do público, onde quer que este se possa tornar presa fácil dos grupos de pressão e sua propaganda orientada.

A imprevidência fatal tocante aos grupos consistiria da parte do Estado na simples indiferença ao problema, na ignorância fingida da nova realidade, cuja aparição veio apenas patentear a insuficiência dos quadros representativos a que estamos habitualmente vinculados desde o século XVIII, com relação aos sistemas políticos do Ocidente.

A recapitulação pessimista de tudo quanto se passou na democracia ocidental com os partidos políticos e os grupos de pressão pode suscitar justas apreensões relativas à sorte que aguarda a democracia de nosso século.

Em primeiro lugar, porfiou em vão essa democracia contra os partidos, antes de admitir-lhe a existência necessária e irreversível. Foi democracia liberal antes de ser democracia partidária.

Depois porém que os partidos se incorporaram à existência ordinária das instituições democráticas, ganhando nos quadros do sistema uma dimensão jurídica normal, eis que a democracia surge perseguida daquelas forças consideradas,

de início, também repugnantes à sua índole, a saber, os grupos de pressão.

Quando estes, após tantas relutâncias e controvérsias, se aproximam já de um reconhecimento pelos poderes formais, do Estado democrático, desponta no horizonte político a sombra de uma nova ameaça: a casta fechadíssima dos tecnocratas, o superlativo do grupo de pressão.

Em todo o século XX a evolução do poder não tem sido outra senão esta: o estreitamento gradual das possibilidades de participação efetiva do povo no processo decisório. Nunca se invocou tanto quanto agora o nome do povo para estear as instituições políticas e emprestar-lhes legitimidade. E contudo nunca se fez tanto por tolher essa participação efetiva quanto nos dias de hoje. Proclama-se o fim das instituições liberais. Todavia, a queda dos sistemas individualistas, que o liberalismo amparara, não deve servir de pretexto ao sacrifício da liberdade nem à postergação dos direitos do homem.

O sufrágio universal dera ao povo a alentadora ilusão de governo. Com essa forma de sufrágio vieram porém os partidos políticos e arrebataram ao cidadão uma parte considerável daquela soberania eleitoral de que ele concretamente se fizera titular.

A segunda crise principiou com o advento dos grupos de pressão, cuja estréia fez mais apertado o gargalo político da presença popular, debilitando os partidos ou alienando-os em grau bastante alto. De modo que, em algumas formas políticas, onde os grupos desenfreadamente militam, a realidade partidária, do ponto de vista da eficácia, pouco representa ou nada significa.

E, finalmente, a distância do cidadão ao Estado se alargou de maneira estonteante com a formação da minoria tecnocrática, que fecha cada vez mais o círculo já estreito da intervenção democrática e levanta questões de aguda atualidade relativas à sobrevivência da democracia. O povo se sente então frustrado e ausente do processo decisório, feito em seu nome mas sem sua real participação.

A tecnicidade da decisão abalou a ordem democrática nos seus moldes habituais, demandando novas formas de equilíbrio.

Com respeito às sociedades subdesenvolvidas, as exigências de tecnicidade se fazem tanto mais imperiosas quanto mais elevada a complexidade dos problemas econômicos e sociais das áreas do subdesenvolvimento. A apreensão pronta e segura desses problemas escapa à classe política em geral, aos partidos, ao corpo eleitoral.

A decisão, com escolha de opções básicas, se transferiu em larga parte dos governantes tradicionais para o círculo menor e restrito de técnicos, cuja ingerência privilegiada acaba monopolizando o processo decisório, do mesmo passo que lhes confere o adequado título de tecnocratas.

A temática da planificação econômica e educacional, a chamada política nuclear, a formação de blocos e alianças militares, a segurança nacional, o sistema tributário, o combate à inflação, a valorização e a desvalorização da moeda constituem problemas capitais do Estado na segunda metade deste século. Problemas, por conseguinte, que demandam da cúpula governante uma preparação prévia e rigorosa, para a qual não se acham qualificados os parlamentos tradicionais, nem tampouco aptos os executivos herdados à sociedade de nosso tempo pelo Estado liberal. Daqui, a crise recentíssima que resultou na formação da nova elite. Sua intervenção silenciosa ou ostensiva será sempre perturbadora do princípio democrático, que parece impelido a uma retroação insuportável e, aos olhos de muitos, já irremediável.

Descamba a tecnocracia no monopólio da decisão política sonogada ao povo e seus representantes. Na melhor das hipóteses esse monopólio concede ao povo tão-somente a possibilidade de uma participação plebiscitária, ilustrativa do novo cesarismo tecnológico, que politizou nesse sentido a sociedade, e no qual ela se precipita vertiginosamente, governada pelos “novos príncipes” do vocabulário político de Debré.

A “terceira ameaça” existe, pois. Em parte já desatualizou os grupos de pressão, concentrando hoje as atenções mais



urgentes dos cientistas políticos. Trouxe uma dimensão inédita dos perigos que a democracia enfrenta.

O tecnocrata se identifica em seu comportamento por uma certa insensibilidade aos aspectos mais humanos da questão social. Fica-se com a impressão de que o seu raciocínio se encarcera em fórmulas matemáticas e o mundo que vive está morto para os seus cálculos. A economia pura e abstrata é o reino onde traça esquemas frios de planificação, que não raro vão espedaçar-se ao encontro da realidade irônica, onde as reações sociais não são tomadas na devida conta e, em conseqüência, acabam por oferecer um quadro de vingança e fracassos retumbantes.

Se não é inimigo professo da sociologia ou menosprezador contumaz das idéias políticas que o povo alimenta — vá lá que sejam estas apenas um mito! — é todavia, o tecnocrata, nas suas aparições freqüentes, em entrevistas e relatórios, um ignorante das verdades sociais mais profundas.

O caráter fechado da sociedade tecnocrática, o número limitadíssimo de componentes da nova oligarquia, a presunção e o autoritarismo, bem como a aparência de clandestinidade que suas decisões tomam para o povo, a par do mistério de que sempre se revestem, são aspectos suspeitosos em presença dos quais se entremostra com toda a clareza a ameaça que ali se aloja ao princípio da participação democrática.

Os grupos de pressão, uma vez atraídos às faixas competitivas, abrem não raro o jogo de seus interesses. Pode então o público vislumbrar os prós e contras na batalha de argumentos que usualmente se trava, ocorrendo com freqüência hipóteses de opções benéficas ou de participação verdadeira e às vezes decisiva da própria opinião pública acerca do interesse unilateral que irá prevalecer. Com o regime tecnocrático, porém, tal não acontece.

A tecnocracia pode ser o último grau na deterioração do próprio sistema de grupos e significar apenas o alojamento permanente do grupo mais forte no poder, onde seus interesses dominantes aparecem servidos por especialistas acobertados e legitimados pelo diploma político de tecnocratas, con-



afirmando-se assim a mais ousada e refinada usurpação da vontade popular.

A vantagem da tecnocracia para os grupos redundará na possibilidade de atuarem estes em confortável segredo, instalados no poder, tomando decisões, sem audiência da representação democrática tradicional, e em bases confidenciais, fora portanto da contingência ou necessidade de divulgar debates ou de empenhar-se no diálogo aberto que a democracia legitimamente impõe.

Quem são os tecnocratas? J. Meynard responde que na França são a alta burocracia, os estados-maiores militares e as elites científicas.

Toda essa análise às forças que o Estado liberal descreveu, e que nos deixa um travo de pessimismo, sem abater de todo a confiança no futuro da democracia, serve de mostrar com toda a clareza que o século é de crise para a sobrevivência dos valores mais altos da pessoa humana. No entanto, quando se exora a paz, a justiça, o conagraçamento dos povos e das classes sociais, quando se emprega a palavra liberdade para alumiar caminhos escuros ou para definir convicções, tudo isso soa a risco de cair na irrisão, no lugar comum, na frase ridícula, derrancada pela demagogia, no descrédito ideológico, que tudo desmancha debaixo da suspeição de proselitismo e propaganda e cálculo e interesse.

Depois de subjugar, com a triunfante caminhada cósmica, um corpo celeste, ao homem do nosso século depara-se-lhe uma existência povoada de sombras e fantasmas. A paz lhe é confiscada pelo medo político e pelo medo social. Problemas o intranquilizam em todas as direções. A corrupção da água e o envenenamento do ar, a droga, a fome e o desemprego, o crescimento demográfico desenfreado e sem solução, os grandes centros urbanos congestionados, o desespero da juventude e a miséria que aflui do campo para as cidades, o contraste de nações ricas e nações pobres, são todos temas de uma idade atribulada. Constituem eles talvez o erro palpável da civilização que aviltou idéias, produziu ressentimen-

tos, ardeu em ódios políticos, divorciou o capital do trabalho, faltou ao princípio de justiça e solidariedade, promoveu a intemperança nacionalista ou fez da sanha ideológica o símbolo de um século. Em nosso País, a esse quadro de incertezas se somam trezentos anos de herança colonial, que pesam sobre a sociedade brasileira e lhe obstaculizam o futuro.

Não podem as letras portanto ficar indiferentes às murmurações desse mundo que fermenta. Delas há de partir com certeza um brado de renovação e coerência, de crítica e protesto, conducente à abertura de novos caminhos na arte. Queremos chegar a esses caminhos, sem que ocorra porém para o escritor o holocausto das faculdades inventivas, imposto por exigências sociais de teor restritivo, inspiradas em motivações ideológicas incompatíveis com a liberdade de criação e reflexão.

Solidário com vossa missão, professo a mesma fé nos altos destinos da literatura. Em todos os tempos, serviu ela de medir a altura ou de sondar o abismo de povos e épocas.

Confesso-me do mesmo passo profundamente penhorado pela escolha que fizestes. A unanimidade de vossos sufrágios me trouxe a esta Cadeira em substituição de Renato Braga, cuja perda o Ceará tanto pranteou.

No autor do *Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará* vejo um dos homens de letras mais probos e indefessos que ilustraram o Ceará. Legou Renato Braga à cultura exemplo raríssimo de amor integral da verdade, de zelo da reconstrução de fatos históricos, de tenacidade talvez inexcedida no afã com que se houve ao encetar a investigação científica das coisas de sua terra.

Com ser tão conhecida, não dispensa porém a contribuição de Renato Braga algumas considerações. O Ceará sempre o admirou. Por isso mesmo guarda-lhe o nome na gratidão intelectual. Amigo da expansão do ensino universitário a todas as camadas do povo carecido de luz e letras, Renato Braga se acolheu ao ideário do humanismo liberal. A ele, pois, o tributo da homenagem póstuma que seus passados serviços recomendam. Sobre a campa do historiador e cientista, que

tanto estimamos, cabe sem dúvida a frase do poeta que disse: "Os indivíduos morrem, depois da morte vem a justiça e começa a imortalidade das famas honradas." Em Renato Braga essa imortalidade antecedeu o ato físico de desaparecimento. A justiça desta Casa, coroando-lhe o merecimento de historiador e polígrafo, desde muito sancionara seu reconhecimento àquele que foi também um dos fundadores da Universidade do Ceará e seu Vice-Reitor. Enfim, sobre Renato desceu já o "sol da posteridade", de que falava Rebelo da Silva, numa das melhores improvisações do seu talento oratório, debruçado sobre as cinzas de Almeida Garret, poeta genial.

Associado, doravante, ao vosso trabalho e à vossa missão, folgo de haver sido introduzido a esta Casa pela palavra amiga de José Caminha Alencar Araripe. Trinta anos de estima literária e admiração ao jornalista e orador e escritor primoroso talvez expliquem a generosidade com que se houve ele nesta saudação que ouvistes, eco de um companheirismo cimentado em iguais esperanças de vocação para as letras e o jornalismo. Vocação que as vicissitudes da vida não cortaram, e hoje, razão de alegria mútua, aparece premiada pelo encontro na Academia Cearense de Letras, lugar de honra para todo intelectual desta terra.